

Carta Social e do Trabalho

ISSN 1980-5144

INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP

Diretor

Claudio Schüller Maciel

Diretor Executivo do CESIT

José Dari Krein

Conselho Editorial

Carlos Alonso Barbosa de Oliveira

José Carlos de Souza Braga

Marcio Percival Alves Pinto

Paulo Eduardo de Andrade Baltar

Organizadores

Denis Maracci Gimenez

José Ricardo Barbosa Gonçalves

Membros do CESIT

Adriana Nunes

Alessandro Cesar Ortuso

Alexandre Gori Maia

Amilton José Moretto

Anselmo Luis dos Santos

Carlos Alonso Barbosa de Oliveira

Daniel de Mattos Hofling

Davi José Nardy Antunes

Denis Maracci Gimenez

Eugênia Troncoso Leone

Geraldo Di Giovanni

José Dari Krein

José Ricardo Barbosa Gonçalves

Magda Barros Biavaski

Marcelo Weishaupt Proni

Márcio Pochmann (Licenciado)

Marco Antônio de Oliveira (Licenciado)

Maria Alejandra Caporale Madi

Maria Alice Pestana de Aguiar Remy

Paulo Eduardo de Andrade Baltar

Sônia Tomazini (Licenciada)

Waldir José de Quadros

Walter Barelli

Wilnês Henrique (Licenciada)

Apoio Administrativo

Susete R. C. Ribeiro

Projeto Visual e Editoração Eletrônica

Célia Maria Passarelli

CESIT – Instituto de Economia da Unicamp

Cidade Universitária Zeferino Vaz

Caixa Postal 6135 – CEP 13083-970

Campinas – SP

Telefone: 55 – 19 – 3521-5720

E-mail: cesit@eco.unicamp.br

www.eco.unicamp.br/cesit

TEMA: A CRISE EUROPEIA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

José Ricardo Barbosa Gonçalves

Denis Maracci Gimenez 1

ARTIGO

Lício da Costa Raimundo

As raízes históricas da crise europeia 2

APRESENTAÇÃO

Denis Maracci Gimenez
José Ricardo Barbosa Gonçalves
(Organizadores)

“A ‘Europa dos Mercadores’, prevista pelo ex-presidente francês François Mitterrand, finalmente se instalou”. Assim termina a rica análise do professor Lício da Costa Raimundo sobre “As raízes históricas da crise europeia” que publicamos neste número da *Carta Social e do Trabalho*.

Com o objetivo de apresentar os movimentos decisivos de construção e desconstrução da Europa no pós-guerra, o autor procura nas raízes históricas da atual crise europeia, ultrapassar as análises correntes que identificam, por vezes, os excessos dos consumidores ou a má administração fiscal dos governos, como elementos decisivos da crise. Lício oferece uma contundente interpretação que relaciona a crise atual às fragilidades do processo de integração europeu, que se acentuou nas últimas décadas.

Assim, demonstra ao longo do trabalho, como o projeto original de integração europeu, forjado nas reminiscências dos traumas das duas guerras mundiais e do nazi-fascismo, nos quadros da guerra fria, foi sendo descaracterizado progressivamente, chegando ao paroxismo nas décadas posteriores à crise da década de 1970, com o avanço da finança internacionalizada sob protagonismo estadunidense. Dessa maneira, afirma que “as mudanças nas condições de fundo sob a qual se organizava a reaproximação europeia, com o fim da guerra-Fria em 1989, explicitaram a possibilidade de avanço de um processo que, em verdade, já se encontrava em marcha: a divisão de interesses estratégicos dentro do núcleo rígido do bloco europeu formado por França e Alemanha”.

Com efeito, tal divisão, sugere o autor, foi consolidando a força de uma Alemanha unificada numa Europa transformada em espaço crescentemente livre à circulação dos capitais financeiros, sobretudo alemães, ingleses, holandeses, franceses e americanos, da expansão dos capitais industriais, sobretudo alemães, para a Europa do leste e da incorporação acelerada de novos membros (periféricos) à União Europeia.

Distante dos anseios democráticos do imediato pós-guerra e das motivações de homens como Adenauer e De Gasperi, a crise europeia atual reafirma a dramática imagem de François Mitterrand – de uma “Europa de mercadores” – evocada de forma oportuna pelo professor Lício.

AS RAÍZES HISTÓRICAS DA CRISE EUROPEIA

*Lício da Costa Raimundo*¹**Introdução**

A crise que ameaça a Europa e põe em risco toda a economia mundial tem raízes históricas pouco claras para o observador contemporâneo. Imerso em acusações que apontam ora para os excessos dos consumidores ora para a má administração fiscal dos governos, o atual debate perde de vista o pano de fundo sobre o qual ocorre: a fragilidade de um processo de integração que se acentuou nas últimas décadas, em que pese o maior estreitamento de relações entre os países da região que os anos recentes pareceram sustentar.

Esse artigo pretende apresentar os movimentos decisivos de construção e desconstrução da Europa no pós-guerra. Para tanto, a seção 1 tratará das opções do pós-guerra e do processo de rápida recuperação econômica e social da região. A seção 2 tratará do processo de desintegração europeia e seus determinantes centrais. Na seção 3 será feito um panorama das raízes da atual crise. Segue-se uma conclusão.

1 Reconstrução e integração no pós-guerra**1.1 As opções da Europa e a tensão entre os planos nacional e supranacional**

O processo de reconstrução europeia iniciado com o final da II Guerra Mundial deve ser observado a partir de seus determinantes mais gerais e mais decisivos. De fato, a Europa perde a Guerra e é no contexto da Guerra-Fria que suas decisões soberanas, a partir de então, passariam a ser tomadas. Mesmo para a França e a Inglaterra, os graus de liberdade relativos às estratégias de retomada econômica e reestruturação social eram extremamente limitados. Suas economias haviam sido devastadas; suas populações estavam famintas, desabrigadas, sem emprego e, acima de tudo, desesperançadas.

As duas guerras haviam solapado a esperança na construção de um mundo no qual a *razão* poderia ser a grande força condutora da conciliação entre os povos. A confiança liberal pré-1914, de que os homens encontrariam um caminho de progresso e de paz que lhes poupasse um desgaste mútuo proveniente do conflito armado, foi solapada junto com a idéia de que havia limites morais, construídos pelo processo civilizador, que não seriam ultrapassados. O horror da guerra escarneceu de tal crença

¹ Professor de Economia Política e Coordenador do curso de Relações Internacionais da Facamp.

coletiva. Seria necessário reconstruir não apenas as economias desarticuladas, mas sobretudo novos padrões morais de referência coletiva, novos princípios que pudessem alicerçar a reconstrução social.

Como se fosse pouco, seria necessário ainda idear uma reaproximação das nações centrais que viabilizasse o reposicionamento do continente de forma soberana frente às duas grandes potências (EUA e URSS) após a grande tragédia coletiva da guerra. O fracasso de tal reaproximação apontava para a completa subordinação política de um conjunto de países que havia liderado o avanço capitalista até então.

A opção que preservaria e, com o tempo, ampliaria a autonomia política européia era a da integração². Esta, no entanto, teria que superar não apenas os desafios de aproximar econômica e socialmente nações que pouco tempo antes estavam conflagradas, mas acima de tudo teria que encontrar uma forma de aproximação que resultasse em um arranjo político que convencesse os diversos países envolvidos a abrirem mão de seus interesses nacionais mais imediatos em prol de uma estratégia comum.

A tensão maior a ser combatida era, portanto, aquela existente entre os planos nacional e supranacional (Milward, 1997). Se por um lado a resistência inglesa em suportar uma integração apoiava-se em sua incondicional aproximação com os EUA e em uma política externa que dava as costas a um projeto de integração europeia, na esperança de tornar-se o parceiro privilegiado de Washington, por outro lado resistências históricas que opunham franceses e alemães tornavam a própria ideia de uma integração quase ingênua.

Por outro lado, apenas uma verdadeira integração poderia reconduzir a Europa a uma posição de destaque no cenário político e econômico internacional. O abandono de um processo de integração significaria para a Europa, naquele momento, sua completa subordinação aos interesses de americanos e soviéticos, estes mais próximos de estender a toda a Europa o comunismo. Esta era, aliás, a estratégia de Stálin (Judt, 2009): certos de que a Europa ingressaria, no imediato pós-guerra, em um período de intensa crise social, os soviéticos ansiavam pelo momento em que toda a Europa se alinharia a seu lado na Guerra-Fria. Os americanos, cientes de tal risco, não tardaram em aprovar e implantar em tempo recorde os US\$ 12 bilhões do Plano Marshall.

² Basta lembrar que boa parte da Europa, mesmo o que veio a ficar conhecido como Europa Ocidental, ainda esteve ocupada por tropas soviéticas por um longo período após a 2ª. Guerra, e por tropas norte-americanas até hoje, como parte das forças da OTAN.

1.2 A CECA e o Tratado de Roma: o equilíbrio no continente e o projeto de reconstrução da Europa como potência no contexto da Guerra-Fria

Unida sobretudo por seus próprios interesses, sob a tutela norte-americana, a Europa Ocidental logra instituir a CECA (Comunidade Econômica do Carvão e do Aço), em 1951. Formada por França, Alemanha, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo, a CECA deu um passo decisivo para, por um lado, limitar os interesses nacionais e direcioná-los aos esforços conjuntos de reconstrução. Por outro lado, a CECA alinhou a Alemanha, grande centro produtor e de consumo, aos demais países europeus que sabiam ser impossível levar a bom êxito o processo de reconstrução sem a máquina econômica alemã. Para a Alemanha, a CECA significava seu reingresso no bloco das nações européias, algo imprescindível para sua estratégia de reconstrução e seu afastamento da condição de pária perante a comunidade internacional. Por fim, apenas uma Europa forte economicamente poderia rivalizar politicamente com as duas grandes potências. Os interesses nacionais se alinhavam, assim, aos interesses que visavam à construção do bloco.

O Tratado de Roma (1957) constituiu o passo decisivo da reconstrução européia e de sua recondução à situação de ator relevante e com um grau expressivo de autonomia no contexto político internacional. Não apenas porque as economias dos países membros da agora existente Comunidade Econômica Européia (EEC) passariam a contar com um espaço ampliado para a atuação de seus capitais, mas também por força da Euratom, acordo que compunha o Tratado de Roma e que previa dois passos decisivos para a Europa no campo da energia atômica: sua auto-suficiência energética de longo prazo e sua consolidação como membro do particular grupo de detentores e desenvolvedores de armas nucleares. Os interesses nacionais se alinhavam definitivamente aos interesses que visavam à construção do bloco.

1.3 Legitimidade social: a consolidação do *welfare state* e a ascensão de uma sociedade de consumo de massas

A reconstrução européia, no entanto, não teria logrado êxito em apenas duas décadas não fosse o sucesso da estratégia de construção de um novo ideal no imaginário social que trazia ao centro da cena política e social de cada nação as idéias de *solidariedade, direitos sociais e progresso*. Apenas com base nesse ideário o projeto de integração pôde avançar com o suporte político necessário para que a soberania nacional fosse paulatinamente cedida ao projeto de união supranacional. De outro modo, a crise social interna a cada país teria reascendido o debate nacionalista (nunca totalmente extinto, em verdade).

Tal ideário ganhou concretude nas estruturas institucionais relacionadas ao que ficou conhecido como *welfare state*. Foi a força, alcance e eficácia das estruturas de *welfare state* centrados no gasto público, por um lado, e a rápida recuperação econômica do gasto privado (sobretudo em investimento), do emprego, da produtividade, da renda real e do consumo, por outro, que ofereceram a *legitimidade social* necessária à estratégia de reconstrução do pós-guerra.

Quadro 1 - Evolução da despesa pública na França

	TRANSP.	MOR. URB.	EDUC	SS	EC	DEF.	DÍVIDA E OUTROS	Total
1872	6,7	0,6	2,1	2,0	0	26,4	43,6	100
1880	15,3	1,9	3,7	0,5	0	29,8	33,8	100
1890	6,8	0,6	7,1	0,7	0	33,8	36,1	100
1900	6,9	1,2	7,4	0,8	0	37,7	28,4	100
1912	9,4	0,6	9,3	4,3	0	41,1	20,7	100
1920	11,9	2,4	3,7	1,7	1,9	42,4	23,3	100
1926	4,5	1,8	6,6	2,1	10,1	19,9	43,9	100
1932	8,9	3,0	10,0	6,4	13,4	27,4	19,2	100
1938	5,9	1,4	9,5	6,0	5,9	40,7	18,2	100
1947	11,4	7,6	8,8	4,8	3,4	32,2	4,6	100
1953	7,9	12,1	8,1	5,3	3,9	36,1	5,2	100
1959	5,7	9,8	12,5	8,0	5,0	26,7	7,5	100
1965	9,1	6,0	19,5	10,6	4,7	19,8	5,3	100
1971	8,5	4,0	23,8	11,3	3,7	18,8	7,2	100

TRANSP.: transportes. MOR., URB: moradia, urbanização

EDUC.: educação. SS: seg. social. EC: ex-combatentes. DEF: defesa.

Fonte: Rosanvallon (1992).

Calcada no binômio *economia em recuperação e sociedade em franco processo de (re)construção dos laços de solidariedade*, a Europa, em duas décadas, pôde restabelecer-se como ator político relevante nos marcos da Guerra-Fria. A Europa teria a oferecer, a partir de então, não apenas um modelo econômico exitoso de recuperação calcada em um arranjo virtuoso de crescimento com distribuição dos ganhos de produtividade e elevação simultânea dos lucros e salários reais³, mas, sobretudo um modelo social que exibiu a possibilidade real de exercício da cidadania, em escala cada vez mais ampliada.

³ Contradizendo os teóricos que afirmavam a impossibilidade de elevação dos salários sem a necessária depressão dos lucros.

2 O processo de desintegração europeia

2.1 Os anos 70

Os anos 70 inauguram uma nova etapa no processo de integração europeia. A Europa é percebida, sobretudo pelos EUA, como uma nova potência econômica, o que conduz o *hegemon* do hemisfério a iniciar um processo de afastamento relativo e concomitante aproximação com outras regiões do globo, como a China, por exemplo.

Em primeiro lugar, já em 1971, os EUA fecham a *golden window*, permitindo finalmente em 1973 que o dólar flutuasse em relação a sua cotação fixa com o ouro. Chegava ao fim o arranjo cambial criado em *Bretton Woods* que dava sustentação às políticas de recuperação econômica europeia.

Em segundo lugar, observa-se na Europa o florescimento do euromercado de moedas e o constrangimento que o mesmo trás às políticas monetárias dos países europeus. Antes soberanos em seu controle das taxas de juros via controles quantitativos de reservas bancárias, os bancos centrais europeus passam a lidar com mercados monetários abastecidos pela liquidez dos grandes bancos norte-americanos que os colocavam cada vez mais em uma posição defensiva, tornando obsoletos seus instrumentos tradicionais de política monetária.

O simultâneo e paulatino crescimento da finança direta minou o arranjo virtuoso do pós-guerra que colocava os bancos centrais europeus no papel de prestador de última instância de um mercado bancário que tinha no crédito, sobretudo no crédito de capital, seu principal negócio. Os Bancos Centrais pressentiram soçobrar seu papel de *regulador* do sistema em prol de uma função de *sancionador* das apostas de um mercado financeiro e bancário cada vez menos dedicado a financiar a longo prazo os gastos de investimento.

Em terceiro lugar, a crise econômica aberta pela decisão dos EUA de elevarem sua taxa de juros básica em 1979 interrompe brutalmente o funcionamento de um mecanismo benigno que tinha nos norte-americanos um absorvedor em última instância da produção industrial dos países ocidentais. A reversão dos déficits em conta corrente dos EUA provoca uma recessão nos países europeus nunca vista desde o final da 2ª. Guerra.

As conseqüências políticas de tais movimentos seriam deletérias para o processo de integração europeia, pelo menos nos moldes em que ele fora construído no pós-guerra.

2.2 Os anos 80

Os anos 80 na Europa são inaugurados com as mudanças políticas representadas pela ascensão de M. Thatcher (1979-1990) e H. Kohl (1982-1998) ao poder. Thatcher enfrentou, logo no início de seu governo, uma queda de braço com os trabalhadores das minas de carvão inglesas. Após meses de inflexibilidade por parte do governo, os mineiros finalmente cederam em suas reivindicações. A Dama de Ferro deixou claro quais seriam as prioridades a partir de então.

Tendo sua popularidade arranhada com o episódio dos mineiros, a Primeira Ministra Britânica foi presenteada com a Guerra das Malvinas, o que lhe permitiu ganhar novo fôlego político para empreender um amplo processo de privatização de empresas públicas ligadas à infraestrutura em um espectro que abarcou portos, aeroportos, estradas de ferro, correios, serviços de fornecimento de água e energia, telecomunicações, dentre outros.

No continente, a sanha privatizadora não se mostrou tão eficaz quanto na Ilha: a sociedade europeia mostrou-se ainda capaz de resistir ao avanço do que mais tarde veio a ser conhecido como “neo-liberalismo”. Não obstante, pela primeira vez os democratas-cristãos são eleitos no pós-guerra na Alemanha. H. Kohl prepara o terreno para o que viria a ser implantado por seu sucessor social-democrata G. Schröder.

Na França, a eleição do primeiro (e único) socialista no pós-guerra apontou para a resistência da sociedade francesa aos movimentos em direção a um maior conservadorismo observado na Alemanha e na Grã-Bretanha. De saída, F. Mitterrand (1981-1995) nacionalizou os bancos e elevou a carga tributária dos detentores de rendas mais elevadas. A França de Mitterrand buscava reafirmar o compromisso social do imediato pós-guerra na contramão do movimento político e social do continente, naquele momento.

Não tardou para que os mercados financeiros reagissem e fizessem o Presidente francês capitular. Em uma fuga em massa do país a partir de 1983 (o que ficaria caracterizado a partir dos anos 90 como sendo um “ataque especulativo” contra o franco), os capitais financeiros obrigaram o governo francês a recuar de seus projetos e aceitar a nova hierarquia que já àquela altura se esboçava na Europa: a primazia dos mercados financeiros⁴ e o paulatino distanciamento da Alemanha do projeto europeu, em um movimento de afirmação de sua hegemonia no continente *em detrimento* do movimento que caracterizou os anos 50 e 60: a formação de uma Europa mais homogênea, econômica e socialmente, e mais unida.

⁴ Primazia esta que se consolida com as disposições do Ato Único Europeu, de 1986, relativas à liberalização dos fluxos de capitais na Europa.

2.3 Os anos 90

Os anos 90 inauguram um período de aprofundamento da desintegração de um processo de aproximação que havia se mostrado exitoso nas três primeiras décadas do pós-guerra. Três movimentos decisivos seguiram-se em um curto espaço de tempo e marcaram a face do que seria, a partir de então, a integração europeia: a queda do Muro de Berlin, em 1989, a reunificação alemã, em 1990 e o Tratado de Maastricht, em 1992.

A queda do Muro de Berlin marca o desmonte dos termos de referência política sobre os quais havia se reconstruído o mundo após a 2ª Guerra Mundial. Mais que em qualquer momento anterior, a Alemanha via-se livre para ampliar o espaço tanto para a acumulação de seus capitais quanto de sua influência política.

Berlin não desperdiçou a oportunidade. Por um lado, o avanço alemão se apoiou na avidez dos ex-satélites soviéticos por ingressarem em um novo espaço geopolítico que permitisse às suas novas elites emergentes prosperarem economicamente. Por outro, os alemães compreenderam e suportaram a busca dos EUA por ampliação do espaço de atuação da OTAN e de definitivo desmantelamento do antigo império soviético.

Passo lógico à queda do Muro, a reunificação alemã instalou-se quase que imediatamente após a ruína do bloco soviético. A Alemanha dirigia-se a leste, em direção à antiga República Democrática Alemã, porta de entrada da nova Europa constituída pelos ex-satélites soviéticos que em breve, de forma decisiva e contínua, seriam ocupados pelos capitais alemães. Inexoravelmente, tal movimento ampliou os desequilíbrios no interior do antigo bloco europeu, conferindo um peso ainda mais desproporcional à economia alemã e acentuando as desigualdades dentro do bloco.

A Alemanha voltava a ser a *mittelland*, abraçava seu *novo-velho projeto de potência* e dava às costas, definitivamente, ao projeto de integração construído no imediato pós-guerra.

Coroando esse *processo*, o Tratado de Maastricht tratava de enquadrar todos os que, dali em diante, quisessem tomar parte do bloco europeu de nações. De saída, criou-se duas categorias de nação: aquelas que poderiam fazer parte da moeda única, o Euro, e aquelas que, por opção (como Suíça e Grã-Bretanha) ou inadequação, ficariam fora da zona monetária formalmente constituída.

Limitando seus déficits orçamentários e suas dívidas públicas, o Tratado eliminava a possibilidade dos países pertencentes à moeda única fazerem política fiscal autônoma, sobretudo em períodos de baixa do ciclo econômico. Concomitantemente, aos países pertencentes ao Euro, por definição, estava excluída a opção de adoção de uma política monetária autônoma. Restava aos membros da zona monetária saborearem as

delícias do crescimento capitaneados sobretudo pela expansão em toda a Europa dos capitais alemães, mas também franceses, ingleses e holandeses, estes últimos sobretudo à leste e em seu formato financeiro.

A esse novo arranjo, sobreveio um novo arranjo social, expressão necessária das novas práticas políticas e econômicas. Sua marca central é o desmantelamento dos alicerces da reconstrução social do pós-guerra. Eles agora mostravam-se inadequados e obsoletos, frente à nova realidade de esfacelamento de um projeto de integração que sucumbia frente à abertura de novas possibilidades de *reafirmação nacional* por parte, sobretudo, da Alemanha.

E foi exatamente nessa mesma Alemanha que assistiu-se ao mais amplo projeto de remodelação do arranjo social criado no pós-guerra, e justamente na presidência dos social-democratas, sob a liderança de Gerard Schröder (1998-2005).

O Chanceler Schröder empreendeu, a partir de 2001, o maior conjunto de reformas do sistema de proteção social que a *sociedade europeia* já tinha visto até então. Agrupadas na “Agenda 2010”, suas reformas compreendem todas as áreas centrais da seguridade social alemã.

No que se refere ao sistema de aposentadorias e pensões, o objetivo declarado da reforma foi estabelecer um limite para as despesas totais de contribuição, limitadas a 20% até 2020 e 22% até 2030. Para atingi-la, as regras de cálculo dos benefícios sofreram fortes alterações. A indexação dos benefícios aos aumentos nominais obtidos pelos trabalhadores da ativa foi suprimida. Frente à possível redução dos valores futuros reais dos benefícios, foi instituída uma opção aos trabalhadores alemães: a voluntária adesão a um plano de capitalização que teria caráter complementar ao plano básico de repartição já existente. Mesmo sem uma adesão maciça⁵, a inclinação à solução apresentada pelos planos de capitalização já aponta para o possível retorno futuro de tais propostas, desta vez de forma mais impositiva frente às “inexorabilidades” de fatores como o rápido envelhecimento da população e a diminuição persistente da relação trabalhador da ativa/trabalhador inativo.

Também o sistema de saúde observou importantes transformações na “Agenda 2010” de Schröder. A principal modificação consistiu no fim da paridade de contribuições entre o patronato e os trabalhadores. Desta feita, a contribuição patronal referente à licença-médica foi suprimida em 2007 e suportada a partir de então exclusivamente pelas contribuições dos trabalhadores.

⁵ Apenas 5,6 milhões de contratos com base em planos de capitalização haviam sido concluídos até o fim de 2004, frente a um total de 31 milhões de pessoas que potencialmente poderiam ter aderido (Strassel, 2006: 62).

No mercado de trabalho, as reformas visavam declaradamente diminuir uma taxa de desemprego das maiores da Europa ocidental (8,5% em 2004, ou 5 milhões de pessoas⁶) e de maior persistência⁷.

Dentre as medidas de auxílio na busca de emprego, destaca-se a criação de agências destinadas à colocação de desempregados em empregos de tempo parcial. O ponto central das mudanças, no entanto, limitava a doze meses o auxílio-desemprego. Para além desse período, o desempregado passou a receber um valor fixo, sem relação com seus últimos rendimentos: € 345 por mês. Além disso, a pressão pela aceitação de empregos aumentou. Pelas novas regras o desempregado está obrigado a aceitar novas ofertas de empregos mesmo se estas tenham um salário inferior ao mínimo convencional e, em caso de trabalhadores solteiros, passou-se a exigir um grau de mobilidade que compreende todo o território nacional.

As reformas de Schröder, assim, contribuíram para um aprofundamento das dificuldades de recuperação do crescimento alemão na medida em que conduziram a uma elevação da taxa de poupança das famílias alemãs, como resultado de uma antecipação de maiores dificuldades futuras de manutenção de seu padrão de vida. Segundo o *Le Monde Diplomatique*⁸, a Agenda 2010 de Schröder incluíam como pontos centrais:

- **Auxílio desemprego:** o período de indenização passa de 32 meses para 12 meses (sendo 18 meses para aqueles com mais de 55 anos); depois disso, os desempregados, que podiam receber 67% de seu salário, só receberão um auxílio de 345 euros por mês; aqueles já há muito tempo desempregados são obrigados a aceitar uma oferta de emprego quaisquer que seja a remuneração; em caso de recusa, suas indenizações podem ser reduzidas ou até suprimidas.

- **O seguro de saúde:** um ticket moderador será criado para as consultas médicas (10 euros por trimestre; 10 euros suplementares em caso de consulta a um especialista), para a compra de medicamentos (10% do preço, sendo o mínimo 5 e o máximo 10 euros) e para a hospitalização; as despesas com óculos e tratamento odontológico não serão mais reembolsadas.

- **Os aposentados:** as pensões estão congeladas, mas a contribuição para a aposentadoria terá um aumento; a partir de 2006, a idade para a aposentadoria passará

⁶ Esta taxa diz respeito ao desemprego na região da antiga RFA. Na porção relativa à antiga RDA o desemprego encontrava-se, no mesmo ano, em 18,4% (Strassel, 2006, p. 63).

⁷ Em 2004, 51,4% das pessoas que estavam procurando emprego na Alemanha o faziam por mais de um ano.

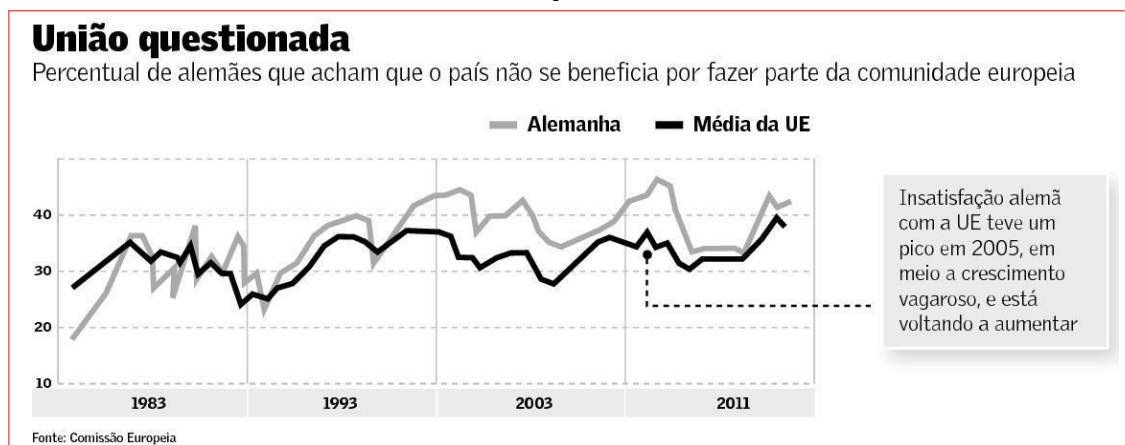
⁸ *Le Monde Diplomatique* (2004).

de 60 para 63 anos; a capitalização, que já em 1998 foi favorecida, será novamente beneficiada por um auxílio fiscal.

3 O ocaso do projeto europeu

O projeto europeu de integração chegou ao Século XXI, assim, completamente desfigurado em relação a seu propósito original. Mesmo que *aparentemente* mais unida, por força da moeda única e das regras que orientam a União Européia relativas ao Tratado Maastricht, os países centrais e originais de sua reaproximação, a partir de 1951, – Alemanha e França – perderam seu interesse (no caso alemão) ou força de persuasão (no caso francês) para manter o projeto original. À Alemanha não interessa mais uma Europa unida na qual seja necessário abrir mão de graus de liberdade nacional em prol do interesse do conjunto. Sua reincorporação ao sistema de nações está completa, não restando resquício de sua situação do imediato pós-guerra; sua população já não percebe vantagens em sua permanência em um bloco que, em sua percepção, cada vez mais exige dos alemães e cada vez menos os retribui.

Figura 1



Fonte: Folha de São Paulo, 29 set. 2011.

Desta feita, as fragilidades do projeto de integração europeia se concentram em três frentes. De um lado, o peso de um mecanismo gerador de desequilíbrios: a moeda única; de outro, a desconstrução do alicerce social que deu sustentação à reconstrução dos países europeus desde os anos 30: seu Estado de Bem-Estar Social e seus fundamentos: as idéias de *solidariedade*, *direitos sociais* e *progresso*. Por fim, soma-se a isso a cada vez menor incentivo de que sobretudo a Alemanha venha a ceder em sua autonomia nacional em prol dos interesses coletivos do bloco de países.

3.1 Zonas monetárias e sua sobrevivência

As zonas monetárias dependem, para sua sobrevivência, de um pressuposto básico: a convergência das estruturas econômicas e sociais dos países-membros. A ausência de tal convergência e a inexistência de mecanismos que busquem consolidá-la leva inevitavelmente à dissolução da zona monetária (Eichengreen, 2007). Com o Euro, não seria diferente. A extrema divergência das estruturas econômicas e sociais dos países-membros, ampliada com o ingresso no Euro de parte dos países da antiga zona de influência soviética, foi acentuada pelo funcionamento dos mecanismos de política monetária do BCE (Banco Central Europeu), diferentemente do que imaginavam os arquitetos da moeda única europeia.

O *Deutsch Mark* (DM) entrou valorizado no Euro⁹, o que exigiu da política econômica alemã uma saída para o impasse que associava restrições à retomada da absorção doméstica e câmbio valorizado. A solução veio com a obtenção por anos seguidos de taxas de inflação mais baixas que as dos demais países da zona do Euro, o que paulatinamente conduziu o câmbio real alemão a uma posição mais confortável para a estratégia de expansão das exportações.

A inflação mais baixa, entretanto, conduziu a Alemanha a outro problema construído a partir de sua adesão ao Euro. O BCE, ao definir uma taxa de juros que reprima o processo inflacionário em todo o conjunto de países que adotam o Euro, toma em conta a taxa de inflação média dos 15 países. Como a Alemanha tem uma das inflações mais baixas de todo o conjunto, a taxa de juros definida pelo BCE mostra-se inadequada às necessidades alemãs, sendo mais elevada do que o necessário para a conjuntura do país e instalando, com isso, um viés deflacionário na Alemanha. Mais do que isso, na medida em que o BCE fixa uma taxa de juros nominal, esta se mostra, do ponto de vista da taxa de juros real, maior na Alemanha que em outros países de inflação mais elevada. Há, assim, um componente pró-cíclico na política monetária do BCE que aprofunda as pressões deflacionárias em países da zona do Euro que já têm inflações mais baixas, sendo a Alemanha o país que mais sofre tais efeitos perversos da política única.

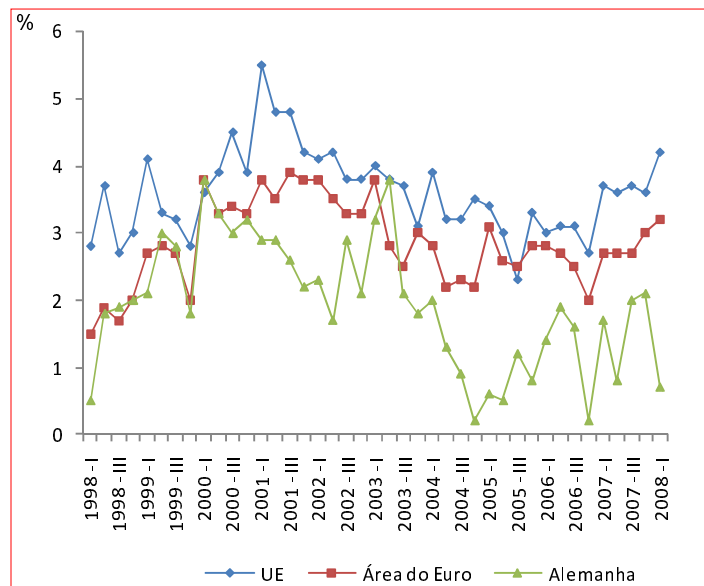
Não bastasse, tal expediente eliminou um dos fatores de competitividade mais importantes do capital alemão, na medida em que o diferencial de taxas de juros a favor destes foi suprimido dada a política do BCE de unificação das taxas nominais de juros na zona do Euro¹⁰.

⁹ O Bundesbank calcula que o DM tenha ingressado no Euro com uma taxa de câmbio efetiva real 17% superior à média dos 30 anos anteriores à fundação da moeda única. Já a OECD, em cálculos baseados na paridade do poder de compra da moeda alemã, estima em 20% e 30% sua defasagem em relação à Lira italiana e à Pesseta espanhola, respectivamente (Strassel, 2006, p. 58).

¹⁰ Em 1995, as diferenças entre as taxas de juros de longo prazo superavam os 500 pontos-base (6,9% na Alemanha e 12,2% na Itália em 31 de dezembro) (Strassel, 2006, p. 58).

A manutenção de uma baixa taxa de inflação na Alemanha, entretanto, só foi obtida graças à paulatina redução do Custo Unitário do Trabalho (CUT) no país, que apontou uma queda de 11% no período que vai de 1994 a 2004 (Strassel, 2006).

Gráfico 1
Evolução do custo do trabalho por hora trabalhada
(Variação sobre o ano anterior)



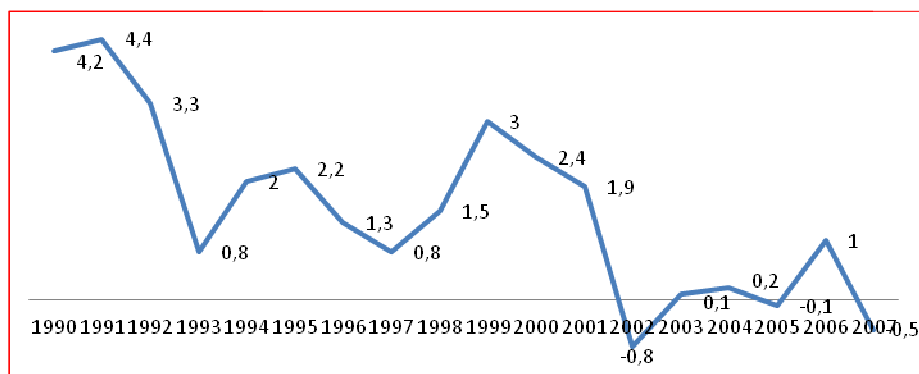
Fonte: Federal Statistical Office, 2008 (Statistisches Bundesamt, Wiesbaden 2008).

A redução do CUT, por sua vez, foi conseguida mediante um duplo movimento: o crescimento do salário real abaixo do crescimento da produtividade do trabalho e a redução dos custos com salário indireto mediante uma redução da arrecadação proveniente de tributos que têm por base a produção e circulação de mercadorias e o trabalho, e que são direcionados aos gastos com seguridade social.

Aprofundaram-se, assim, as dificuldades associadas à via de recuperação da economia alemã que privilegiasse a retomada da absorção doméstica. Seja pela via dos gastos de consumo, em função da renda real cada vez mais deprimida, seja pela via dos gastos de investimento, reprimidos em função da digestão bancária de passivos duvidosos oriundos do processo de reunificação, os gastos correntes não encontraram forma de recuperação. O setor público, preso por um lado a restrições fiscais oriundas do Tratado de Maastricht e do Pacto de Estabilidade e Crescimento e por outro a restrições monetárias derivadas das exigências do Banco Central Europeu (BCE) em seu processo de gestão da moeda única, não encontra mecanismos de reativação dessa absorção

doméstica. As opções estratégicas alemãs, seja a da reunificação, seja a do ingresso na moeda única, parece tê-la condenado a um longo período de baixo crescimento.

Gráfico 2
Taxa de crescimento da participação do
consumo das famílias no PIB



Fonte: Federal Statistical Office, 2008.

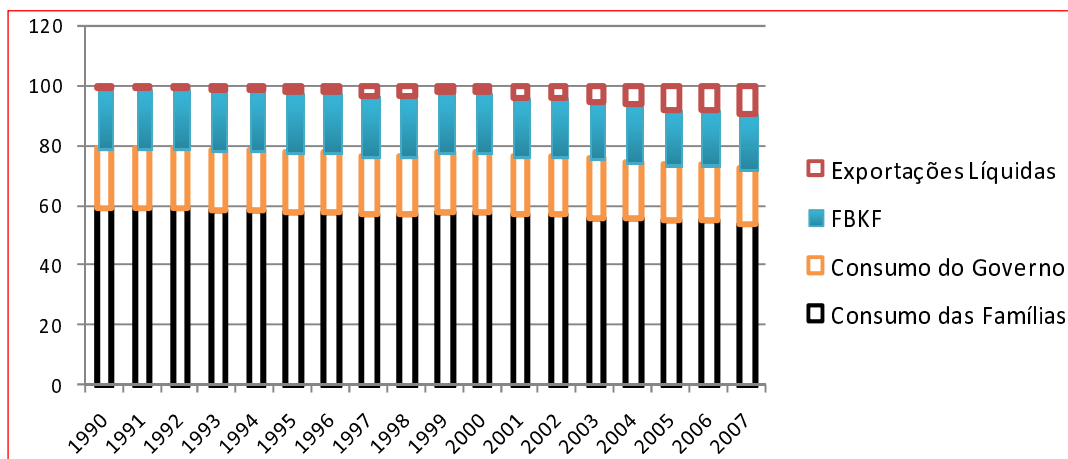
A saída pela via do crescimento das exportações mostrou-se frustrante. Não apenas não elevou o crescimento e o emprego, como contribuiu para a diminuição do valor agregado da indústria alemã em solo alemão. Na verdade, seria de espantar que uma economia como a alemã pudesse sair de uma crise de emprego e crescimento apenas pela via das exportações. Na condição de uma economia de baixa abertura externa (30%), apenas a retomada vigorosa dos componentes internos de absorção poderiam reativá-la de forma sustentável. Ainda assim, deve-se ressaltar que a recente elevação das exportações alemãs foi acompanhada de um nada modesto crescimento das importações¹¹. Isso sugere que as empresas alemãs buscaram uma deslocalização defensiva de suas atividades, sobretudo em direção ao leste¹².

Esse movimento produziu uma diminuição do valor agregado na Alemanha; desta feita, produtos outrora elaborados com elevado percentual de componentes nacionais são agora compostos em sua maior parte de peças e componentes estrangeiros, como por exemplo o Porsche “Cayenne”, produzido em Leipzig, com 88% de seu valor agregado produzido fora da Alemanha. Em uma dimensão macroeconômica, essa tendência se traduz em uma diminuição da relação valor agregado/exportações líquidas do setor industrial de 6,7 em 1991 para 4,3 em 2002 (Strassel, 2006, p. 68).

¹¹ O percentual das importações sobre a demanda interna subiu de 24% em 1992 para 41% em 2005 (Strassel, 2006, p. 67).

¹² Em 2004, 14% das importações alemãs provinham dos países da Europa central e oriental, ante 5% na França e 7% na Itália (Strassel, 2006, p. 67).

Gráfico 3
PIB por tipo de gastos a preços constantes de 1990



Fonte: Federal Statistical Office (2008).

Conclusão

O projeto de recondução da Europa a uma condição de região-líder no concerto das nações, elaborado no imediato pós-guerra, estava assentado em três dimensões: a primeira, *social*, previa o desenvolvimento de mecanismos institucionais de reforço dos laços de solidariedade, assim como da promoção efetiva na vida dos cidadãos europeus de uma ampla gama de direitos sociais. A segunda dimensão, *econômica*, colocava no progresso material a condição de viabilização da recuperação das condições de vida e da legitimação social daquele arranjo político-social. A terceira condição, *política*, pressupunha a identificação de interesses comuns por parte dos países centrais do arranjo, França e Alemanha. Tais países percebiam sua aproximação e ação conjunta, principalmente quanto a sua integração econômica e social, como uma condição *sine qua non* para a reconstrução de uma Europa forte do ponto de vista geopolítico. Todo esse movimento de reaproximação realizava-se sob o pano de fundo da Guerra-Fria.

As mudanças nas condições de fundo sob a qual se organizava tal reaproximação europeia, com o fim da guerra-Fria em 1989, explicitaram a possibilidade de avanço de um processo que, em verdade, já se encontrava em marcha: a divisão de interesses estratégicos dentro do núcleo rígido do bloco europeu formado por França e Alemanha.

Para a Alemanha, as condições potenciais de expansão do espaço de acumulação de seus capitais e de ampliação de sua ingerência política a leste do Elba, que o fim da Guerra-Fria apresentava, mostravam-se irresistíveis. As *condições de última instância* para a construção de uma Europa unida e homogênea foram, assim, feridas de morte.

Dessa forma, desde os anos 90 as tendências que se esboçavam nos anos 80 acentuaram-se: diminuição das restrições relativas à circulação dos capitais financeiros¹³, sobretudo alemães, ingleses, holandeses, franceses e americanos, dentro da Europa; expansão dos capitais industriais, sobretudo alemães, para a Europa do leste; incorporação acelerada de novos membros à União Européia, mesmo em se tratando de países que tenham estruturas econômicas e sociais muito diferentes em relação aos países pertencentes ao núcleo anterior aos anos 80.

Por fim, a criação da moeda única veio coroar uma estratégia de integração que não privilegiou a homogeneização das estruturas econômicas e sociais e o conseqüente fortalecimento do *bloco europeu*. A criação do Euro calcou-se no objetivo premente de construir um padrão de referência monetário para a ampliação da circulação e diminuição da percepção de riscos por parte do Capital Financeiro¹⁴ europeu e americano, sobretudo.

Como resultado, a Europa logrou êxito na construção de um amplo espaço de circulação para seus capitais que puderam, durante mais de uma década, levar seus créditos e investimentos especulativos para as longínquas regiões das Penínsulas Ibérica e Helênica e para todo o leste europeu, assim como para regiões outrora centrais, mas que, desde há muito, sofriam com um processo de desadensamento industrial e baixas taxas de crescimento econômico, como a Itália.

Frente a tal desenlace, os cenários possíveis apontam para o fim do Euro com agravamento da crise e saída da França da zona monetária, ou para uma crise prolongada com manutenção do Euro e uma combinação perversa de baixo crescimento e deflação.

Seja qual for o destino da moeda única, uma renovação dos ímpetus nacionalistas já está em marcha, o que permite antecipar uma crise política sem precedentes desde a 2ª. Guerra. No médio prazo, o mais provável é que ocorra um rearranjo político com liderança alemã. Tal *Neue Union* aponta para a perda de soberania dos países membros, com a elaboração de um orçamento público comum, liderado por Berlin.

A “Europa dos Mercadores”, prevista pelo ex-presidente francês François Mitterrand, finalmente se instalou. Resta saber se aqueles que reinventaram a história em tantas ocasiões remodelarão a Europa e, mais uma vez, oferecerão à Humanidade um novo futuro.

¹³ Cujos passos iniciais de liberalização foram dados em 1986, com o Ato Único Europeu.

¹⁴ Na acepção que Hilferding (1985) empresta ao termo.

Bibliografia

- ANDERSON, P. (2009). *The New Old World*. Verso. NY.
- EICHENGREEN, B. (2007). *Global Imbalances and the Lessons of Bretton Woods*. MIT. London.
- FEDERAL Statistical Office (Statistisches Bundesamt Deutschland). Disponível em: http://www.destatis.de/jetspeed/portal/cms/Sites/destatis/Internet/EN/Navigation/Service/AboutUs/OurMission,templateId=renderPrint.psml_nnn=true.
- HILFERDING, R. (1985). *O Capital Financeiro*. São Paulo: Nova Cultural.
- JUDT, T. (2007). *Pós-Guerra: uma história da Europa desde 1945*. Editora Objetiva. Rio de Janeiro.
- MILWARD, A. (1997). The Springs of Integration. In: GOWAN, P.; ANDERSON, P. *The Question of Europe*. Verso. NY.
- ROSANVALLON, P. (1992). *La Crise de L'État-providence*. Éditions Du Seuil. Paris.
- STRASSEL, C. (2006). L'économie Allemande est-elle de Retour? In: CEPII. *L'économie Mondiale 2007*. La Découverte. Paris.